

*Reunião da Assembleia Intermunicipal  
3 de abril de 2017  
Ata n.º 1*

Na sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida por Manuel Nunes Simões dos Santos, ladeado pelo Vice-Presidente Manuel da Silva Soares, e pelo Secretário Gonçalo Nuno Caetano Alves.

Estiveram presentes os seguintes membros:

José Carlos Raposo Marques Vidal; Carlos Alberto Baptista Guerra; Hilário Manuel Ferreira dos Santos; Carla Eliana da Costa Tavares; Mário Rui de Almeida Branco; Paulo André Silva e Silva; Rúben André de Carvalho Coelho; Sara Patrícia Rios da Silva; Artur Domingues Pires Salvador; António Manuel Alves; José Manuel Oliveira Carvalho; Luís António Sousa Pinto dos Santos; Nuno Manuel Marques Pereira; Carlos Francisco Cunha Picado; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Carlos Albérico de Amorim Alves; José Augusto da Luz Matos; Diamantino Alberto Garrido Correia; Carla Cabique Martins; António José Flor Agostinho; António José Carlos Pinho; Sérgio Manuel de Jesus Lopes; António Maria dos Santos Sousa; José Manuel Andrade Simões; José Alcides Ramos Pereira; Augusto Carlos dos Santos Leite; André de Campos Fevereiro Chambel; João Paulo Castelo da Assunção Sol; Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto; Carlos Manuel Lopes Pinto Ribeiro; Sérgio Daniel Santos Morais; Rui Filipe Coelho Costa; Henrique César de Vasconcelos Rodrigues Moreira; José Luís da Silva Almeida; Toni Pedro Ribeiro Martins; Rui Miguel Rocha da Cruz; Manuel Marcelino Santos Manangão; Juan Carlos Ferreira Martins; José Augusto Ferreira Martins.

Estiveram ausentes os membros: Henrique Manuel Morais Diz; Susana Cristina Chaves Baptista Esteves; Sofia Maria Grilo Marques Senos; Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva.

O Presidente da Mesa iniciou a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva agenda da reunião:

- A – Apreciação e votação da ata da sessão anterior;
- B – Expediente e informações;
- C – Período Antes da Ordem do Dia;
- D – Período da Ordem do Dia;

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da CI Região de Aveiro.

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Prestação de Contas 2016 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2016.

Ponto 3 - Informação dos Compromissos Plurianuais assumidos até março 2017.

Ponto 4 - Apreciação e Votação da 1ª Revisão à GOP e Orçamento 2017.

Ponto 5 - Relatório Anual 2016 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão.

Seguiu-se a Ordem de Trabalhos:

***A - Apreciação e votação da ata da sessão anterior;***

Augusto Leite (Murtosa) solicitou uma correção à minuta da ata, na página 6, antepenúltimo parágrafo e outra na página 11, último parágrafo.

O Presidente da Mesa colocou à votação a proposta de correção de ata apresentada, com o seguinte resultado: aprovada por maioria, com 10 abstenções.

De seguida, colocou-se à votação a ata da sessão anterior, incorporando a correção apresentada, com o seguinte resultado:

Apreciação e Votação da ata nº 2/2016, de 14 de novembro, aprovada por maioria, com sete abstenções dos membros: Hilário Santos, Rúben Coelho, Sara Silva, Manuel Neves, António Agostinho, José Simões e José Pereira. O membro Gonçalo Alves não votou, uma vez que não esteve presente na reunião da Assembleia Intermunicipal de 14 de novembro de 2016.

***B – Expediente e informações;***

O Presidente da Mesa informou a receção de email do membro José Vidal, de 11/01/2017, a agradecer o envio da “resposta da AdRA”, clarificando que o requerimento foi dirigido ao Presidente do Conselho Intermunicipal, que representou a CIRA, a solicitar o fornecimento da documentação. Neste sentido, foi enviado ao Presidente do CI o ofício nº 30, de 12/01/2017, para que “sejam facultados todos os documentos, estudos e relatórios, elaborados pela Deloitte que serviram de base à constituição da AdRA.”

Recebido o ofício de 12/01/2017 do Vice-Reitor da Universidade de Aveiro, Paulo Vila Real, a oferecer um exemplar do livro “Quintas da Ria, contributos sobre a proteção, valorização e gestão da Ria de Aveiro”.



Recebido email da Direção Geral das Autarquias Locais de 31/01/2017, a remeter para a CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro o pedido de parecer solicitado pelo Presidente da Assembleia Intermunicipal.

Recebido o ofício da CCDRC de 21/02/2017, com o parecer nº 42, de 20/02/2017, elaborado pela Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, relativo à questão do uso da palavra pelos membros do Conselho Intermunicipal, do qual foi lido a alínea f) das conclusões.

Recebido o ofício da Assembleia Municipal de Ovar nº 43, de 07/03/2017, a comunicar a renúncia do mandato do deputado José de Figueiredo Lino e a sua substituição pelo membro Henrique César de Vasconcelos Rodrigues Moreira.

O Presidente da Mesa informou que os membros Ricardo Fernandes e António Esteves solicitaram a respetiva substituição.

***C – Período Antes da Ordem do Dia;***

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Vidal (Águeda) solicitou que lhe fosse disponibilizado, nos prazos legais, os dados da Deloitte sobre a AdRA – Águas da Região de Aveiro.

Sérgio Lopes (Ílhavo) referiu que tendo em conta a nova legislação que proíbe o abate de animais e não ignorando as declarações públicas do Presidente do CI sobre essa lei, questionou quando estará pronto o canil intermunicipal e se será um mero centro de recolha de animais ou, por outro lado, se será uma estrutura central de trabalho com esterilização, políticas ativas de adoção e amigas dos animais, que concorram para a sua própria sustentabilidade.

José Matos (Estarreja) questionou qual o plano de intervenção para a linha do Vale do Vouga.

Carlos Alves (Estarreja) solicitou que a documentação para as reuniões fosse remetida via postal e considerou que não terá realizado um bom trabalho nesta Assembleia face aos prazos de envio da documentação, no limite da legalidade, que não permitem o estudo dos assuntos com o cuidado devido. Sugeriu que a documentação fosse remetida por fases, na impossibilidade de ser toda distribuída atempadamente.

Carla Martins (Estarreja) questionou se a CIRA tem algum plano para a Linha do Vouga, de reabilitação na sua totalidade, pois há notícias que apontam para uma intervenção acima de Oliveira de Azeméis.

O Presidente da Mesa solicitou informação sobre o ACeS Baixo Vouga, uma vez que o anterior diretor terminou funções e se é conhecida alguma linha de orientação em sentido diferente relativamente aos cuidados de saúde primários. Sobre o envio da documentação, considerou pertinente a proposta apresentada e alteração dos procedimentos.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que o Presidente da Câmara Municipal de Águeda tem toda a informação relativamente à AdRA; foi, inclusivamente, entregue em *pen*, na última vez, em mão à jurista da Câmara Municipal e lembrou que os membros da Assembleia Intermunicipal têm uma primeira relação com a sua própria Câmara Municipal. Reafirmou, ainda assim, que sempre se poderá tirar uma cópia.

Sobre a Linha do Vale do Vouga referiu que é um objetivo claro do PIMTRA – Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro, a defesa da Linha do Vale do Vouga, na ligação Aveiro-Águeda e na sua extensão até Sernada, onde é sustentável e onde está localizado o centro de operações.

Sobre o novo diretor do ACeS Baixo Vouga, Pedro Almeida, o Presidente do CI informou que tomou posse no dia 31 de março e lembrou as ideias centrais do estudo da CIRA entregue ao Governo e ao anterior diretor do ACeS.


***D – Período da Ordem do Dia:***

***Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da CI Região de Aveiro:***

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que nos encontramos numa fase de pleno desenvolvimento dos projetos do PDCT-RA - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro, designadamente nas áreas da modernização administrativa, cultura, educação e turismo. Destacou ainda o concurso público para a Ponte Açude do Rio Novo do Príncipe. Informou que os avisos para as Prioridades de Investimentos 8.3 e 8.8 – relativas ao empreendedorismo, ainda não estão disponíveis. Sobre a eficiência energética, referiu que se aguarda pela alteração das regras inicialmente definidas. Informou ainda, que decorrem as candidaturas de âmbito municipal, nas áreas da educação, saúde e cultura no âmbito do PDCT-RA.

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Matos (Estarreja) questionou que tipo de estrutura de defesa da floresta é referida no parecer da CIRA sobre a floresta.



José Almeida (Sever do Vouga) referiu que é necessário um estudo mais aprofundado, sobre a plantação ou não de eucalipto, para uma melhor coordenação entre a indústria instalada e os agricultores.

Manuel Prior (Aveiro) questionou se a aprovação da nova lei dos Centros de Recolha Oficiais de Animais teve o aumento da dotação de orçamento de Estado para os municípios, face ao aumento de custos previsíveis.

O Presidente do Conselho Intermunicipal considerou que o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas não faz um bom trabalho na defesa da floresta e falta uma entidade pública com mais força e presença no território para gerir a floresta, com uma estrutura que coordene as atividades, o licenciamento e a prevenção de incêndios. O nosso parecer defende uma autorização de plantação de eucalipto de forma legal, licenciada e fiscalizada, numa lógica de equilíbrio e com o contributo positivo do conhecimento e presença dos Municípios no terreno.

Relativamente ao canil intermunicipal, o Presidente do CI informou que no âmbito do RAPIS – Partilha e Integração de Serviços da Região de Aveiro foi estudada uma gestão integrada de infraestruturas e de médicos veterinários, em termos de modelo de gestão, localização e sustentabilidade. Está previsto um canil polinuclear, a norte, centro e sul. Neste momento, com a atual lei, há dificuldade em dimensionar um canil intermunicipal, para além das dificuldades em arranjar gabinete projetista com experiência nesta área. Com as novas regras não é possível dar resposta, a exemplo do que está a acontecer em Ílhavo, pela denúncia dos protocolos com cinco municípios da região. Referiu que são necessárias mais campanhas nacionais para não se abandonarem os animais.

Sérgio Lopes (Ílhavo) solicitou os estudos referidos e manifestou-se surpreendido com a dificuldade em arranjar projetistas. Referiu que concorda que a proibição do abate não resolve o problema e terá de passar pela implementação de medidas alternativas. Entende que o fim do abate é um avanço civilizacional porque responsabiliza as comunidades para resolver o problema. Concorde que o período transitório desta lei é curto, designadamente para implementar medidas alternativas. Entende que é tempo de resolver o problema de outra forma. As Autarquias e as Comunidades Intermunicipais devem ter um papel relevante na resolução do problema, por exemplo, em políticas de apoio e incentivo à esterilização dos animais.



Armando Pinto (Oliveira do Bairro) concorda que a nova lei veio criar dificuldades acrescidas e que o canil intermunicipal avançou em pressupostos anteriores a esta lei. Com o atual contexto, questionou se devemos passar este problema para a esfera intermunicipal, ou deixar este processo na esfera municipal.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que não defende a esterilização de fêmeas jovens, uma vez que advêm efeitos secundários para os animais. Entende que devemos ter uma abordagem multi-frente, designadamente na atitude dos cidadãos. Informou que uma das conclusões do estudo é que não é necessária uma megaestrutura. Recordou que a regulamentação da Lei não está ainda cumprida.

Tomado conhecimento da Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da CI Região de Aveiro.

***Ponto 2 – Apreciação e Votação da Prestação de Contas 2016 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2016:***

O Presidente do Conselho Intermunicipal apresentou sucintamente o documento e colocou-se ao dispor para esclarecimentos.

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Almeida (Sever do Vouga) alertou para uma gralha na página 1, no 4º parágrafo.

Marques Pereira (Aveiro) referiu estarmos no final de um ciclo político, em que demos o nosso melhor contributo, na medida das nossas possibilidades, que deve ser sublinhado, dada a complexidade da Assembleia Intermunicipal, com competências diminutas e um papel muito limitado na vida da CIRA. Torna-se apenas num espaço de diálogo e partilha de ideias. Entende que deve ser alterado o desenho institucional de funcionamento das Assembleias Intermunicipais.

Augusto Leite (Murtosa) referiu que discordou do Regimento, do horário definido para as reuniões e que os prazos de entrega dos documentos dificultam a análise dos assuntos. Entende que a Assembleia Intermunicipal funcionaria melhor com a alteração do Regimento. Recordou Carlos Candal, um homem que foi um lutador para que esta casa tivesse outra representação. Solicitou o envio dos estudos referidos sobre o canil intermunicipal e o parecer da CCDRC sobre as intervenções dos membros do CI na Assembleia Intermunicipal.

Questionou ainda quais as dificuldades referidas para se avançar com a elaboração de projeto para o canil intermunicipal.

Carlos Alves (Estarreja) referiu que leu o documento, nomeadamente a declaração de recebimentos e pagamentos em atraso, a 31 de dezembro de 2016, e constatou que existe um somatório de 2,6 milhões de euros que julga ser, em parte, dívida para um futuro aumento de capital da Polis Litoral Ria de Aveiro e o restante são dívidas de apenas uma entidade, algumas das quais se arrastam desde 2011 e questionou se já não é altura de se limpar esta situação.

O Presidente do Conselho Intermunicipal solicitou aos membros da Assembleia com conhecimento de projetistas com experiência na elaboração de canis, os respetivos contactos.

Sobre a dívida da Polis, informou que a CIRA tinha um montante elevado a receber da CM Aveiro, que foi liquidado no dia 31 de março. Informou que agradeceu, formalmente, a solidariedade dos restantes membros do Conselho Intermunicipal nesta questão do incumprimento da CM Aveiro nos últimos anos. Informou ainda que falta receber o dinheiro do QREN, cerca de 700 mil euros, estando suspensas essas transferências desde o final do ano passado, quer sobre os 5% dos nossos projetos, quer sobre a comparticipação do PIMTRA que ficou aprovado em overbooking. Referiu que falta realizar a dívida da CIRA à Polis, no âmbito do aumento de capital social, que inclui dívidas de alguns municípios à CIRA. Informou que continua a verificar-se a impossibilidade do acionista maioritário de arrumar a Polis Ria de Aveiro, designadamente o recálculo do capital social tendo em consideração as obras que não foram realizadas e os créditos de alguns municípios.

O Presidente do CI transmitiu uma palavra de agradecimento a todos os membros da AI pelo mandato que vai terminando. Informou que o Governo não quer alterar a Lei das Autarquias Locais e considerou que mesmo com as atuais condições se pode fazer melhor. Entende muito útil uma Assembleia Intermunicipal esclarecida e informada.

Apreciação e Votação da Prestação de Contas 2016 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2016, aprovada por maioria, com um voto contra, do membro Augusto Leite, e oito abstenções, dos membros Diamantino Correia, Carla Tavares, Sérgio Lopes, Nuno Pereira, Carlos Guerra, Carlos Picado, José Almeida e Carla Martins.

***Ponto 3 – Informação dos Compromissos Plurianuais assumidos até março 2017:***

Não houve pedidos de inscrição para o uso da palavra.

Tomado conhecimento da Informação dos Compromissos Plurianuais assumidos até março 2017.

***Ponto 4 - Apreciação e Votação da 1ª Revisão à GOP e Orçamento 2017:***

Inscreveram-se para usar da palavra:

Armando Pinto (Oliveira do Bairro) referiu que em novembro de 2016 foi aprovada uma autorização genérica para os compromissos plurianuais e agora aparece no final deste documento uma indicação que esta revisão implica a assunção de compromissos plurianuais, que requerem a autorização do órgão competente aquando da sua aprovação e questionou a razão de não se enquadrar na Autorização Genérica já aprovada.

O Presidente do CI informou que esta questão se aplica ao que surge de novo.

O Presidente da Mesa colocou à votação o quarto ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados:

Apreciação e Votação da 1ª Revisão à GOP e Orçamento 2017, aprovada por maioria, com um voto contra, do membro Augusto Leite, e dez abstenções, dos membros Sérgio Lopes, Nuno Pereira, Carlos Picado, Carlos Guerra, Carla Martins, José Almeida, Diamantino Correia, Armando Pinto, Carla Tavares e José Vidal.

José Almeida (Sever do Vouga) declarou que se absteve porque no ponto 4 desta revisão, objetivo 11.01, reforço por antecipação da realização do capital social, dá a impressão que os membros quiseram precaver uma eventual alteração futura.

Augusto Leite (Murtosa) declarou que votou contra uma vez que não recebeu os documentos, não os analisou e o assunto não foi apresentado pelo Presidente do CI.

***Ponto 5 - Relatório Anual 2016 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão.***

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que a CIRA não tem riscos relevantes e cumpre em absoluto o preceito legal de ter Plano e Relatório.

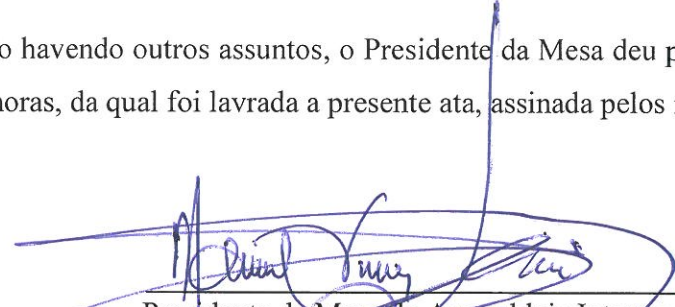
Não houve pedidos de inscrição para o uso da palavra.

Tomado conhecimento do Relatório Anual 2016 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão.

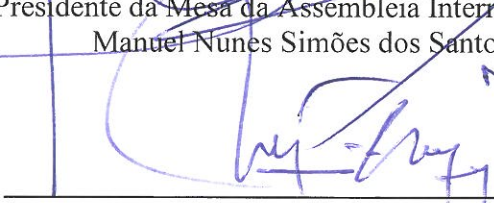


Para efeitos de execução imediata, foram aprovadas todas as deliberações em minuta, por unanimidade.

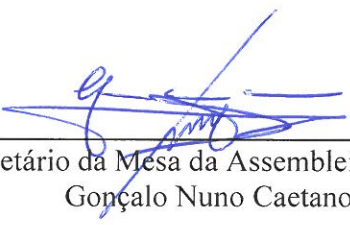
Não havendo outros assuntos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa.



\_\_\_\_\_  
Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal  
Manuel Nunes Simões dos Santos



\_\_\_\_\_  
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal  
Manuel da Silva Soares



\_\_\_\_\_  
Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal  
Gonçalo Nuno Caetano Alves.